

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº DE 2019.
(Da Senhora Luizianne Lins)

Requer a realização de visita técnica desta comissão ao Município de Limoeiro do Norte/CE, com o objetivo de debater os casos de puberdade precoce em bebês, causada pela contaminação por agrotóxicos.

Senhor Presidente,

Diante de casos gravíssimos de contaminação constatados em pesquisa científica no estado do Ceará, requero a Vossa Excelência, nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de visita técnica desta comissão ao Município de Limoeiro do Norte/CE, com o objetivo de analisar, escutar a comunidade local e debater sobre os casos de puberdade precoce em bebês, causada pela contaminação por agrotóxicos.

Em tempo, solicito que sejam convidados para acompanhar a diligência desta comissão na localidade:

- 1) Um representante do Ministério da Saúde;
- 2) Um representantes do poder executivo estadual do Ceará e um do poder executivo municipal de Limoeiro do Norte;
- 3) Senhora Ada Cristina Pontes Aguiar – Médica e Mestra em saúde coletiva pela UFC, com trabalho desenvolvido na área de saúde, ambiente e agrotóxico;
- 4) Senhora Márcia Tomé – Moradora da Comunidade do Tomé, na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte;
- 5) Senhor Fernando Ferreira Carneiro–Doutorem área de epidemiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador da Fiocruz Ceará;
- 6) Deputado Estadual Renato Roseno – autor do Projeto de Lei 18/2015, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará.
- 7) Senhor Washington de Moura Lopes– Vereador do Município de Limoeiro do Norte/CE

JUSTIFICAÇÃO

Em junho de 2018, uma reportagem de Ana Aranha para o portal <http://reporterbrasil.org.br> trouxe como manchete, que o uso de “Agrotóxicos seriam causa de puberdade precoce em bebês”. A matéria apresentou o resultado de uma pesquisa científica que afirmou uma grave situação na comunidade Tomé em Limoeiro do Norte: “Meninas de um ano que desenvolveram mamas moram em comunidades cercadas de plantações no Ceará.” Outro elemento chocante da situação é que “Além das meninas com puberdade precoce, a mesma comunidade teve ainda oito registros de fetos com má formação congênita, casos que foram relacionados à alta exposição dessas famílias aos agrotóxicos por nova pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.”

Em 2019, uma audiência pública desta comissão escutou as pesquisadoras da UFC que detalharam os tipos de substâncias a que a comunidade, por anos submetida a forte pulverização de agrotóxicos, traziam sinais de contaminação. Como encaminhamento da audiência, decidiu-se que uma comissão de parlamentares deveria ir ao local para escutar e aprofundar as informações sobre o caso.

Trata-se aqui de uma questão de Direitos Humanos gravíssima, que merece providências.

Sala das Sessões, em de setembro de 2019.

Luizianne Lins

Deputada Federal – PT/CE